



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

8107

Presidente da Mesa Diretora: Valcir Soares da Silva

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Utilidade Pública

Autoria: Sebastião Ildeu Maia

Data: 06/09/2011

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 145/2011. Concede o título declaratório de utilidade pública municipal ao “Sindicato dos Trabalhadores das Empresas de Transportes Coletivos e Urbanos do Município de Montes Claros e do Norte de Minas”. (Referente à Lei nº 4.397, de 05/10/2011).

Controle Interno – Caixa: 25.10

Posição: 06

Número de folhas: 05

Espécie: PL
Categoria: Utilidade Pública
C: 25.30
Ordem: 06
nº fls: 44



94/2011

13.09.2011

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 145/2011.

AUTOR:

Ver. Sebastião Ildeu Maia

ASSUNTO:

Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal ao Sindicato dos Trabalhadores das Empresas de Transportes Coletivos Urbanos do Município de Montes Claros e do Norte de Minas.

Entrada em 06/09/2011 MOVIMENTO
Comissão Legislação e Justiça

- 1 - A PROVA DO EM REGIME DE URGÊN
- 2 - CIA EM 13.09.2011.
- 3 - _____
- 4 - _____
- 5 - _____
- 6 - _____
- 7 - _____
- 8 - _____
- 9 - _____
- 10 - _____



Câmara Municipal de Montes Claros

GABINETE DO VEREADOR ILDEU MAIA

1º SECRETÁRIO

As comissões
06/09/2011

PROJETO DE LEI Nº 145 /2011

“CONCEDE TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA”

O povo do Município de Montes Claros-MG., por seus representantes na Câmara Municipal, aprova e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

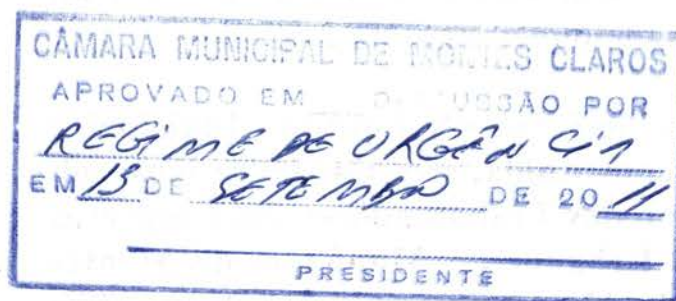
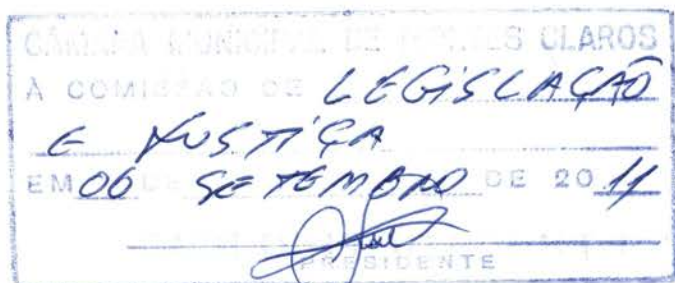
Art. 1º - Fica considerada de Utilidade Pública Municipal a entidade civil legalmente constituída, sem fins lucrativos, sob a denominação de Sindicato dos Trabalhadores das Empresas de Transportes Coletivos Urbanos do Município de Montes Claros_MG e do Norte de Minas, inscrita no CNPJ sob o número 11.163.637/0001-15, com sede na Rua “H”, complemento “A”, Bairro Jardim Brasil, Montes Claros-MG.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões da Câmara Municipal de Montes Claros, 6 de setembro de 2011.

SEBASTIÃO ILDEU MAIA

- Vereador -
1º Secretário





CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 145/2011 QUE “CONCEDE TÍTULO DECLARATÓRIO DE UTILIDADE PÚBLICA”, DE AUTORIA DO VEREADOR SEBASTIÃO ILDEU MAIA.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.


Não se reconhece nenhum vício de iniciativa no projeto ou mesmo em seu objetivo, até porque tanto a Constituição Federal quanto a Lei Orgânica Municipal permitem que o Município legisle sobre assunto de seu interesse, como no presente caso.

O projeto em questão, bem como a entidade mencionada, conforme documentação juntada, preenchem os requisitos legais exigidos.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional e legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 08 de setembro de 2011.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/MG 78605



Câmara Municipal de Montes Claros - MG
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 145/2011

AUTOR: Ver. Sebastião Ildeu Maia

MATÉRIA: “Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal ao Sindicato dos Trabalhadores das Empresas de Transportes Coletivos Urbanos do Município de Montes Claros- MG e do Norte de Minas” .

I- RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 06/09/2011, com entrada na Sala das Comissões no dia 08/09/2011.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O presente projeto tem como objetivo declarar de utilidade pública municipal o Sindicato dos Trabalhadores das Empresas de Transportes Coletivos Urbanos do Município de Montes Claros- MG e do Norte de Minas.

Examinando a legalidade e constitucionalidade do referido projeto, esta Comissão verifica que o mesmo não incide em vício de iniciativa e nem contraria normas legais e/ou constitucionais, tendo em vista que foram juntados os documentos previstos em lei para a concessão do referido título.

III – CONCLUSÃO

Pelo exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido projeto de lei e que o mesmo atende à forma técnica de Redação.

Sala das Comissões, 09 de setembro de 2011

Presidente: Ver. Antônio Silveira de Sá:

Vice- Presidente: Ver. Athos Mameluque Mota:

Relator: Ver. Cláudio Rodrigues de Jesus: